

quarta-feira, 09 de Julho de 2013

Assine | Anuncie | Links Úteis | Fale Conosco

Login

E-mail

Senha

Entrar

Recadastre-se!

Esqueci a senha!

Notícias

Opinião

Economia

Estado do Futuro

Internacional

Política

IEEMG

Negócios

Agronegócio

Finanças

Indicadores

Forum

Legislação

IC Mais

Indicadores

vespa -0.30%

v Jones +1.04%

idag +0.58%

p 500 +2.09%

val

Câmbio

ar R\$2,2622

o R\$2,8922

a R\$3,3565

e R\$0,0224

Conversor

id.

de:

para:

Converter

edições Ant.

09-07-2013

IC RH

eleccione...

edições CIEE

eleccione...

» Página Inicial:: Economia::



Publicada em 09-07-2013

Votação do novo marco da mineração deverá atrasar

Projeto é polêmico e já recebeu mais de 370 emendas no Congresso.



O projeto de lei que dispõe sobre o novo marco regulatório da mineração já recebeu 272 emendas, 24 delas de deputado mineiro

O novo código da mineração, em tramitação no Congresso Nacional, não deverá sair dentro do prazo estipulado pelo governo federal e ser votado na Câmara dos Deputados no próximo mês. Na opinião de especialistas, a complexidade do tema e as centenas de emendas apresentadas ao projeto de lei (PL) podem inviabilizar o trâmite no regime de urgência.

O PL 5.807/2013, de autoria do Executivo, que dispõe sobre o novo marco regulatório da mineração, foi enviado ao Congresso no final do mês passado. O governo solicitou regime de urgência constitucional e, dessa forma, o projeto terá que ser apreciado em 45 dias pela Câmara dos Deputados e terá mais 45 dias

para votação no Senado Federal, sob pena de trancar a pauta da Casa.

Porém, o próprio governo poderá retirar a solicitação de regime de urgência em função da dificuldade em discutir um novo conjunto de regras para a mineração no Brasil. "A votação é improvável e há grandes chances de o governo retirar o pedido de urgência, até mesmo pelo interesse do Planalto em votar outros projetos", afirma o advogado Bruno Feigelson, da Ribeiro Lima Advogados.

Ele lembra que o projeto tem que ser analisado por uma comissão mista que ainda nem está formada. Dessa forma, conforme o especialista, a votação dentro do prazo previsto é improvável e poderá levar até mesmo anos para acontecer.

Licenças - De acordo com Feigelson, a preocupação em relação à demora na votação se dá por conta da continuidade da paralisação dos alvarás de pesquisas minerárias para o segmento de minério de ferro. Há mais de um ano estas licenças não são liberadas pelo Ministério de Minas e Energia (MME) em função da discussão sobre o novo código. Somente as outorgas de lavra voltaram a ser publicadas pelo governo.

O deputado federal Bernarda Santana (PR-MG) não descarta que a votação seja feita após o prazo estabelecido. Ele afirma que o objetivo é que o trâmite do projeto ocorra no tempo proposto. "Vamos trabalhar o máximo possível para cumprir o prazo", diz.

Porém, o parlamentar concorda com os especialistas que apontam a necessidade de um "trabalho intenso" antes da aprovação das novas regras para o setor. Para o deputado, será necessário criar um conjunto de regras que traga segurança jurídica para a atividade no país.



Mizael de Souza: governo tem maioria e pode viabilizar a votação do projeto

O PL recebeu 372 emendas. Somente o deputado mineiro enviou 24 propostas, que vão desde mudanças no texto enviado pelo governo até a inclusão de novos dispositivos no marco regulatório. Entre elas está a manutenção de uma política de estímulo ao beneficiamento de minerais em território nacional através de tratamento diferenciado.

O advogado Marcelo Mendo de Souza, da Mendo de Souza Advogados Associados, lembra que o projeto ainda poderá receber novas emendas, uma vez que durante a fase de comissões e quando for enviado ao Senado outras proposições deverão ser encaminhadas.

O especialista também não descarta um prazo maior para a votação. Ele explica que o regimento interno do Congresso Nacional não permite a tramitação de um código em regime de urgência. "O marco regulatório foi apresentado como projeto de lei, porém, irá revogar um código",

Compartilhe



Busca

avançada

Capa



Clique na capa para acessar a nova VERSÃO ELETRÔNICA

Minas 2012



DC Análise



Anúncios Google

► Jornal

DIÁRIO DO COMÉRCIO

Curta o Diário do Comércio no Facebook



... forma, o regime poderá depender de como o Congresso receberá a da pelo governo.

Conselho Empresarial de Mineração e Siderurgia da Associação Comercial e Minas (ACMinas), José Mendo Mizael de Souza, lembra que o governo tem as casas, o que poderá viabilizar a criação do novo marco dentro do prazo.

"Se o governo tiver a votação como meta e foco, existem todas as condições para que isto aconteça sob o ponto de vista político", afirma.

O especialista ressalta que ainda será criada uma comissão mista no Congresso para discutir o projeto. Após a formação, o relator deverá dar parecer em relação às emendas apresentadas.

RAFAEL TOMAZ

Lista

Empresa

Expediente

Assinatura

Carta Avulsa

Quem Conosco

[Indicar Notícia](#)

Mais notícias

- [Planta de amônia pode ser viabilizada](#)
- [Maioria dos indicadores caiu em maio](#)
- [Deputado questiona posição da Petrobras](#)
- [Consórcio vai iniciar produção de gás em Minas](#)
- [Votação do novo marco da mineração deverá atrasar](#)
- [Receita com royalties cresce 65% em Minas](#)
- [Parceiros privados em alguns projetos](#)
- [Minas busca R\\$ 10 bilhões para obras na RMBH](#)
- [Vale entregará trechos à ANTT](#)
- [UE admite acordo só com o Brasil](#)
- [Comércio não cresceu nas cidades-sede](#)
- [Geração de empregos tem ritmo mais lento no país](#)
- [Ocupação de hotéis cai em BH](#)
- [Restaurantes e bares esperam melhoria em 2014](#)